

Cadernos  
**IHU** *ideias*



Ano 13 • nº 234 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316

O capital no século XXI e sua  
aplicabilidade à realidade brasileira

Róber Iturriet Avila  
João Batista Santos Conceição



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



UNISINOS

O capital no século XXI e sua  
aplicabilidade à realidade brasileira  
*The capital in the century XXI and its  
applicability to the brazilian reality*

*Róber Iturriet Avila  
João Batista Santos Conceição*

## **Resumo**

Este artigo apresenta uma resenha do livro *O capital no século XXI*, de Thomas Piketty, e traz indicadores do Brasil que se coadunam à temática do livro. Piketty resgata o debate teórico da distribuição com amparo no seu estudo inédito em um prazo temporal extenso, iniciando-se no ano 1700 até o atual estágio. Além de dialogar com outros teóricos, edifica sua própria construção teórica para explicar a desigualdade. O livro aponta o crescimento da desigualdade de renda e de riqueza após 1980 e traz proposições políticas para reversão desse processo. Após o resumo do livro, são feitas considerações críticas à obra de Piketty. Subsequentemente, são expostos dados brasileiros de distribuição de renda, de riqueza e a estruturação tributária, de modo a conectar o trabalho do autor com indicadores nacionais.

**Palavras-chave:** Distribuição. Thomas Piketty. Brasil.

## **Abstract**

This text makes a review of Capital in the XXI century of Thomas Piketty and brings indicators of Brazil related to theme of the book. Piketty rescues the theoretical debate of distribution supported in its study, beginning in the year 1700 until the current stage. In addition to this, there is a dialogue with other theoretical and he builds his own theoretical construct to explain inequality. The book points out the growing inequality of income and wealth after 1980 and brings policy proposals to reverse this process. In addition to the summary, this text provides critical considerations to Piketty. Subsequently, they are exposed Brazilian income distribution data, wealth and the tax structure in order to connect the book with national indicators.

**Keywords:** Distribution. Thomas Piketty. Brazil.

Cadernos  
**IHU** *ideias*

**O capital no século XXI e sua  
aplicabilidade à realidade brasileira**

Róber Iturriet Avila  
João Batista Santos Conceição

ano 13 • nº 234 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS 



**Cadernos IHU ideias** é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

## UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

**Reitor:** Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

**Vice-reitor:** José Ivo Follmann, SJ

### Instituto Humanitas Unisinos

**Diretor:** Inácio Neutzling, SJ

**Gerente administrativo:** Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

## Cadernos IHU ideias

Ano XIII – Nº 234 – V. 13 – 2015

ISSN 1679-0316 (impresso)

**Editor:** Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

**Conselho editorial:** Lic. Áttila Alexius; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

**Conselho científico:** Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

**Responsável técnico:** Lic. Áttila Alexius

**Imagem da capa:** Tobias Beise Ulrich

**Revisão:** Carla Bigliardi

**Edição eletrônica:** Rafael Tarcísio Forneck

**Impressão:** Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .  
v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

Email: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

# O CAPITAL NO SÉCULO XXI E SUA APLICABILIDADE À REALIDADE BRASILEIRA

*Róber Iturriet Avila*  
*João Batista Santos Conceição*

## 1 Introdução

O livro de Thomas Piketty *O capital no século XXI* obteve uma repercussão incomum dentre os textos advindos da academia. O sucesso não foi fortuito. Após 15 anos de pesquisa, o autor aborda, de maneira acessível, um tema que foi o centro do estudo da economia política nos séculos XVIII e XIX, mas que perdeu espaço na ciência econômica: a questão distributiva. Além de instigante, sua abordagem temporal se inicia no ano de 1700, contemplando desde o nascedouro do capitalismo até o atual estágio do capitalismo financeiro. O livro tem duas facetas: uma demonstração empírica sobre a distribuição e uma construção teórica sobre os fatores que levam à convergência ou à divergência distributiva.

Embora abranja o mundo, seu trabalho está centrado nos oito países<sup>1</sup> mais desenvolvidos, com destaque para França e Estados Unidos (EUA). A principal fonte de dados é a declaração de renda do capital e do trabalho aos órgãos fiscais dos países. O detalhamento de dados de herança é explorado a partir dos dados da França.

Além da introdução, o livro divide-se em quatro partes. Três são as contribuições mais relevantes que o estudo efetua: a) a compilação de dados e a explicitação da concentração de renda e da riqueza no mundo, a partir de 1980, com as políticas liberalizantes, com destaque para o crescimento exponencial da participação do 1% mais rico e do 0,1% mais rico, em especial nos Estados Unidos; b) o debate da relação entre mérito e riqueza, trazendo dados que mostram que a herança e a remuneração sobre o capital são mais determinantes na riqueza do que o acúmulo de conhecimentos e habilidades; além disso, o autor articula essa questão com a política, remontando o papel central dela na organização social e econômica; c) proposições para o ajustamento distributivo, a fim de que o capitalismo seja controlado para o interesse geral, por meio da democracia.

---

1 Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Canadá e Austrália.

Além da resenha do livro de Piketty, o presente artigo expõe dados brasileiros de distribuição de renda e de riqueza, de modo a conectar o trabalho do autor com indicadores nacionais. Na sequência, é observada a estruturação tributária do Brasil, a fim de observar a potencialidade de alteração distributiva a partir de sugestões de Piketty. Por fim, estão registradas as considerações finais.

## 2 Uma resenha de O capital no século XXI

A primeira parte do livro traz alguns conceitos, equações teóricas de Piketty e uma visão global do crescimento econômico e demográfico desde 1700. Uma relação importante que o autor desenvolve é estoque de capital/renda ( $\beta$ ). Ela diz quantas vezes o estoque de capital é superior à apropriação da renda (que é contabilmente equivalente à produção). Essa relação traz a Primeira lei do capitalismo:

$$\alpha = r \times \beta$$

Onde  $\alpha$  é a participação do capital na renda nacional,  $r$  é o retorno do capital e  $\beta$  é a relação estoque de capital/renda. Nos países ricos,  $\beta$  paira em torno de 600%, ou seja, o estoque de capital é 600% da renda;  $\alpha$  gira em torno de 30%; e o  $r$  está entre 3% e 5%.

No Capítulo 5, na Parte II, o autor expõe outro elemento relevante de sua construção teórica, que é a Segunda lei fundamental do capitalismo, dada pela equação:

$$\beta = s/g$$

Essa equação é válida para o longo prazo, em que a razão estoque de capital/renda ( $\beta$ ) é uma relação entre taxas de poupança ( $s$ ) e de crescimento ( $g$ ). Com relação aos países ricos, Piketty mostra um crescimento da riqueza privada entre 1970 e 2010 derivado, em grande medida, de bolhas de ativos e transferência de capital público para mãos privadas, uma vez que o crescimento da renda *per capita* ficou entre 1,6% e 2,0% no mesmo período.

Nessa parte do livro há também uma comparação com a função de produção Cobb-Douglas. Os dados da economia estadunidense explorados para o período 1899 e 1922 fizeram sucesso e permitiram assumir uma ideia de harmonia e justiça social na estabilidade da relação capital-trabalho. Entretanto a estabilidade na participação do rendimento do capital na renda não implica estabilidade na relação estoque de capital/renda

e tampouco garante harmonia social. Para Piketty, Cobb-Douglas foram negligentes ao considerarem a estabilidade da relação, assim como os marxistas erram em considerar a participação do capital sempre crescente. Nesse sentido, o Modelo não é adequado para um estudo de longo prazo.

Para Piketty, parece ser bem estabelecida a tendência de estoque de capital/renda ( $\beta$ ) aumentar. Foi isso que ocorreu nos países ricos, entre 1970 e 2010. Assim, o  $r$  cai à medida que  $\beta$  cresce. É provável que a participação do capital cresça nas décadas à frente, até os níveis do início do século XIX. O crescimento da participação do trabalho deu-se porque este se tornou mais importante no processo de produção.

Nos últimos séculos, o conhecimento e a destreza humana aumentaram, mas o estoque de capital também. Assim, não houve uma mudança de uma sociedade baseada no capital para outra baseada no talento e na habilidade. Nessa questão, o autor dialoga com a teoria do capital humano, que vê, na difusão do conhecimento e da tecnologia, poderosas forças de convergência capazes de ajustar as desigualdades e permitir remunerações adequadas à destreza. Mas os resultados de seu estudo apontam que o progresso econômico e tecnológico não implica avanços democráticos e da racionalidade meritocrática.

A Parte III é a mais importante do livro, por trazer mais dados sobre a distribuição de renda e de riqueza e também por nela estar presente a principal argumentação teórica do autor. É contemplada ainda a discussão acerca do trabalho, do mérito pessoal e da herança como fonte de riqueza.

No período atual, em países como França, Alemanha, Grã-Bretanha e Itália, os 10% mais ricos detêm aproximadamente 60% da riqueza nacional. E, invariavelmente, os 50% mais pobres possuem menos de 10% da riqueza nacional. Nos EUA, por exemplo, o decil mais alto detém 72% da riqueza nacional, enquanto os 50% mais pobres possuem 2%.

A renda do capital assume decisiva importância nas mãos do 0,1% mais rico e, sobretudo, nas do 0,01% mais rico. Entre os 10% mais ricos, os 9% mais abaixo são assalariados, entretanto esses assalariados são os executivos das grandes empresas e do setor financeiro. Nas últimas décadas, houve um fenômeno de crescimento dos supersalários, que se configura, fundamentalmente, pela remuneração dos administradores das grandes empresas (CEOs).

Desde 1983, no entanto, há crescimento da desigualdade. Um exemplo é a França após 1990, que obteve crescimento elevado dos salários mais altos (sobretudo de executivos e de empresas financeiras). Entre o 0,1% e o 0,01% mais rico, o crescimento do poder de compra foi

de quase 50% entre 2000 e 2010, em um contexto de baixo crescimento e estagnação do poder de compra para a maioria dos trabalhadores.

O fenômeno dos supersalários não é explicado satisfatoriamente pela teoria da tecnologia e da educação. Na França, a despeito da média salarial ter crescido, a distância entre os salários mais altos e os mais baixos se manteve relativamente estável em um prazo longo, independentemente da maciça democratização do ensino no período, isto é, a elevação do nível educacional não reduziu a desigualdade salarial. Nos EUA, a distância salarial diminuiu até a década de 70 e passou a crescer a partir da década de 80 do século passado.

Uma das figuras mais interessantes de todo o livro é a 9.2. Ela mostra a apropriação do 1% mais rico em quatro países (Austrália, Canadá, Grã-Bretanha e EUA). É bastante claro que a participação dos mais ricos na renda passou a cair nas décadas de 30 e 40 do século passado, chegando ao percentual mais baixo na década de 80, tendo aumentado desde então. Há que destacar que, no período entre guerras, o capitalismo foi mais regulado e houve a implementação da progressividade tributária. Na década de 80, houve reversão de políticas regulatórias, e o mundo entrou na fase neoliberal.

A produtividade marginal, a tecnologia e a educação não parecem fornecer boas explicações para essa disparidade pós-1980. O que auxiliou na elevação salarial dos decis mais baixos foi o salário mínimo, que segue normas e valores coletivos de justiça social, e não a elevação do maior nível educacional.

No que tange aos bilionários, de 1987 para cá a média do patrimônio do 1/100 milhões mais ricos do mundo passou de US\$ 3 bilhões para US\$ 35 bilhões em 2013. Um crescimento de 6,8% ao ano. A média anual do crescimento econômico do período foi de 2,1%, e da renda média foi de 1,4%. O crescimento do patrimônio dos bilionários foi, portanto, muito superior à média de crescimento econômico.

A partir desses dados, a visão de que o salário corresponde à produtividade marginal se torna uma visão ideológica que justifica as elevadas rendas das camadas superiores frente às reduzidas rendas dos demais. Nesse sentido, segundo Piketty, a definição salarial é largamente arbitrária e relacionada à hierarquia empresarial, até porque estimar a contribuição de um funcionário é muito difícil. Embora a produtividade marginal, a habilidade e a tecnologia deem uma explicação plausível para diferentes remunerações no longo prazo, é preciso identificar as limitações explicativas.

No Capítulo 10 do livro, o argumento central é desenvolvido. A grande influência sobre a distribuição da riqueza dá-se pela relação entre o retorno do capital ( $r$ ) e a taxa de crescimento ( $g$ ). Se o retorno do capital

for superior à taxa de crescimento, o risco de divergência, em termos distributivos, é elevado. O que leva à concentração de renda é, portanto:

$$r > g$$

O estoque de capital/renda ( $\beta$ ) aumenta pelo retorno do capital em uma fase de crescimento relativamente baixo. Nessa situação, a riqueza passada tem uma importância desproporcional. Ou seja, a herança cresce mais rápido do que a produção e a renda. Nessas condições, a riqueza herdada tende a superar, em larga medida, a riqueza acumulada ao longo da vida de trabalho. E a concentração de capital agudiza-se, de forma incompatível com os valores de meritocracia e de justiça social. Some-se a isso que a taxa de poupança cresce bruscamente com a riqueza herdada. E a taxa de retorno do capital individual tende a ser maior quanto maior for a herança recebida. Caso haja elevação do preço dos bens imóveis e do petróleo, por exemplo, a divergência estrutural acentua-se.

A desigualdade  $r > g$  é um fato observado em quase toda a história desde 1700, mas não uma lógica necessária. Provavelmente, continuará no século XXI, a depender da regulação entre capital e trabalho. Entretanto é possível que  $g > r$  mesmo sem a intervenção e regulação estatal, no caso de a produtividade crescer rapidamente ou de constante inovação. Pode ocorrer também caso haja mais países tecnologicamente avançados. A lógica  $r > g$  é uma realidade que depende de uma variedade de fatores, como desenvolvimento institucional, social, cultural, imposições de grupos específicos e psicologia individual. Contudo, a despeito das forças de convergência para equalização da riqueza e da renda, há forças de divergência que são mais poderosas.

A questão tributária explica, em grande medida, as mudanças ocorridas no século XX. Até a Primeira Guerra Mundial (PGM), praticamente não havia imposto sobre o capital e sobre a renda. E o imposto sobre a riqueza era baixo, o que aumentou após a PGM. Contudo, na década de 80, com a liberalização financeira, os impostos sobre o capital caíram drasticamente. Houve uma amplificação de ordem política que aumentou também a influência política dos beneficiários.

Piketty dialoga também com Vilfredo Pareto e sua teoria de desigualdade estável. Pareto analisou o período 1880-90. Mesmo nesse período, houve um leve aumento da desigualdade, que Pareto tenta esconder. De qualquer forma, sua teoria não serve de base para efetuar uma análise de longo prazo, uma vez que ele se deteve em um período curto. Essa perspectiva de Pareto, de que a desigualdade é estável, permanece até hoje, mas não é isso que se observa no longo prazo.

Posto esse diagnóstico, a tendência para o século XXI é de redução da participação do capital na renda, redução da taxa de retorno do capital e de crescimento maior do que o observado até o século XIX. Ou seja, cairá a diferença entre *re g*. Assim, não há tendência de que a desigualdade supere a do início do século XX, mesmo que ela continue crescendo.

A tendência é que a herança ganhe mais importância no futuro, o que não quer dizer que a distribuição no século XXI será tão concentrada quanto no século XIX. Neste último século, a herança era um elemento central da sociedade; no XXI, a renda terá mais influência sobre a riqueza do que outrora.

Embora a habilidade e o conhecimento individuais tenham ganhado em importância ao longo do tempo para explicar a riqueza, a herança também o tem. Piketty expõe que não há naturalidade ou espontaneidade na distribuição e na concentração de renda e que o sucesso social obtido através do talento, do esforço e do estudo é uma ilusão. Os mais ricos são os que receberam as maiores heranças, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial (SGM), quando a herança passou a aumentar de importância, e muitos desses herdeiros não trabalham e vivem como rentistas.

A Figura 11.10, no Capítulo 11, traz elementos interessantes. Com dados da França, há a comparação da renda obtida pelo 1% mais rico devido à sua herança com o 1% mais rico devido ao seu trabalho, ambos comparados ao padrão de vida dos 50% mais pobres. Daqueles que vivem do seu trabalho, o padrão de vida é 10 vezes maior que o dos 50% mais pobres, de forma relativamente estável, entre 1790 e sua projeção até 2030. Já no que se refere aos mais ricos que vivem da sua herança, em 1790 seu padrão de vida era 27 vezes maior que o dos 50% mais pobres. Durante vasto período, portanto, o 1% mais rico o era por herança do capital. No século XIX, os herdeiros de fortunas tinham um padrão de vida três vezes superior ao dos trabalhadores mais ricos.

A sociedade “meritocrática” não permite que figure no topo quem não é herdeiro de uma fortuna. No mundo contemporâneo, o conhecimento e a titulação permitem ao indivíduo um rendimento 10 vezes superior à média. E àqueles que estão na base da pirâmide social, a dominação de outros segmentos é justificada a partir de valores de justiça, da menor virtude, da ausência de mérito e da baixa produtividade. As crenças meritocráticas evocam a valores de justiça para justificar as disparidades de renda. A meritocracia é utilizada para explicar os supersalários e o rentismo, em detrimento daqueles que não estão nessas camadas sociais. A crença de que a iniquidade advém de princípios racionais e não arbitrários é difundida. Entretanto, o estudo da riqueza mostre que há mais arbitrariedade do que se pensa.

O fato de a riqueza reproduzir-se sozinha torna imperativa a discussão da mesma em relação ao mérito. Não importa o quão justificável seja a origem da riqueza, ela pode se perpetuar além dos limites razoáveis e sem justificativa racional em termos de utilidade social. Em muitos casos, as arbitrariedades da acumulação de riqueza são mais amplas do que as de heranças.

A parte IV do livro sugere a taxação sobre o capital. Entre 1920 e 1980, o gasto social cresceu consideravelmente, e todos os países ricos tinham altas taxas tributárias. Logo após, de 1980 a 2010, as taxas se estagnaram. A figura 13.1 da publicação mostra as variações das alíquotas com o passar dos anos.

Piketty concentra-se em dois problemas atuais para o estado social: o acesso igualitário à educação, em especial a educação superior, e o futuro dos sistemas de pensão em um mundo com baixos crescimentos econômico e populacional. Para solucionar essas questões, ele faz uma proposta: imposto sobre o capital.

No que se refere às taxas sobre riqueza, Piketty considera que elas devem ser baixas e anuais, e não aplicáveis no momento do recebimento da herança, pois se os governos tomam, por exemplo, um quarto da riqueza do país, não haverá quase nada remanescente nos anos futuros. A sugestão do autor é: 0% para fortunas de até € 1 milhão; 1% ao ano para fortunas de € 1 a € 5 milhões; e 2% para fortunas acima de € 5 milhões. Na Europa de hoje, seriam atingidos sobre esses impostos 2,5% de pessoas, e se arrecadaria 2% do atual PIB europeu (hoje de € 15 trilhões), o que resultaria em € 300 bilhões em arrecadação.

O sucesso que o livro obteve chama atenção porque é majoritária, entre os economistas, a concepção teórica de que a desigualdade é uma consequência das diferentes aptidões e conhecimentos dos indivíduos, como também de que a educação formal e o mérito permitem a ascensão individual e a convergência distributiva. Na mesma linha, a lei de oferta e demanda e a mobilidade de capital e de trabalho levariam à maior igualdade. Além disso, com mais conhecimento difundido, a participação do trabalho aumentaria a poupança, que seria transformada em capital: ou seja, na contemporaneidade, a informação é uma força de convergência de renda.

Para o autor, contudo, essa visão é ilusória, pois seu estudo sinaliza que as forças de divergência são mais fortes do que as de convergência e que as últimas são mais fracas do que se imagina. Além disso, há pouca evidência de aumento da participação do trabalho no produto. De outro lado, os salários mais elevados afastam-se dos demais em larga medida. O crescimento ocorre com maior produtividade e educação, mas o incre-

mento dessas variáveis não é de 4% no longo prazo, salvo em situações de *catching up*. Logo,  $r$  e  $g$  tendem à disparidade.

Em assim sendo, a tendência é os empresários se tornarem rentistas e mais dominantes sobre os trabalhadores, e o tamanho dessa divergência guarda proporcionalidade com o estoque inicial de capital. Some-se a isso o fato de que os herdeiros de capital têm um padrão de vida superior aos assalariados mais ricos em quase todo o período, desde o final do século XVIII. Assim, o funcionamento normal do capitalismo gera arbitrariedades e desigualdades que distorcem os valores de meritocracia e da democracia.

A história da distribuição de riqueza tem sido mais política do que econômica. O período em que o mundo reduziu a iniquidade foi entre 1910 e 1950, com guerras, crises e políticas sociais adotadas. O crescimento da desigualdade após os anos 80 também possui razões políticas, sobretudo com relação a impostos e finanças, sob influência e poder dos atores beneficiados. O que é mais grave é a elevação da desigualdade e a projeção de que continue crescendo, inclusive com maior papel da herança na definição da riqueza individual.

Se a intenção é equilibrar as forças divergentes e buscar mais meritocracia e maior democracia, há que se elaborar um imposto global sobre o capital. Piketty tem sua proposição para uma sociedade mais justa em termos sociais, dentro dos marcos institucionais capitalistas. Embora faça projeções, ele explicita que isso depende da política e das decisões da sociedade.

Do ponto de vista teórico, um estudo tão abrangente não é efetuado desde Kuznets. Os economistas ficaram restritos à teoria, com obsessão na matemática. O autor é crítico, inclusive, à formação do economista. Para ele, o enfoque em sociologia, política, história deve ser maior, no intuito de edificar um *approach* preocupado com os salários e com a riqueza. As variáveis econômicas não são autônomas, estando envolvidas com outras esferas da sociedade e, por isso, devem ser estudadas juntas.

Seus dados são preciosos, mas, no livro, não há o devido rigor científico e metodológico em suas demonstrações<sup>2</sup>. O autor disponibiliza-os em páginas eletrônicas, mas essa característica afasta o trabalho do mé-

2 Muitas considerações foram desferidas a Piketty. Algumas construtivas, outras apontando falhas e também aquelas que tentam desconstruir o seu trabalho. Dentre estas últimas, há a de Hunter Lewis, publicada pelo Ludwig von Mises Institute. Lewis (2014) considera que o argumento de Piketty é fraco, que alguns gráficos trazem “números loucos” e que Piketty teria dito que a desigualdade  $r > g$  seria inevitável. Lewis, em certa medida, defende o crescimento da desigualdade, porque isso ocorreu após uma queda muito grande daquela. Ele traz dois gráficos de Piketty que mostram a queda da apropriação dos mais ricos após 1920 e também da desigualdade. Esses gráficos invalidariam a tese do autor, já que tanto a desigualdade quanto a apropriação dos mais ricos caíram, indo de encontro à tendência que o autor expõe. Ao longo do livro, porém, Piketty explica que a queda ocorrida foi devido à tributação implementada no meio do século XX e aos ganhos de direitos sociais. Ou seja, Piketty explica as mudanças por fatores políticos. Ele também afirma que  $g$  pode ser maior do que  $r$ . Nitidamente, Lewis não leu o livro antes de criticá-lo.

todo acadêmico e científico. No mesmo sentido, a linguagem, alguns exemplos e os dados do livro não têm o rigor adequado, transpassando que, em certa medida, o autor “extrapola nas tintas”. Mesmo com dados amplos, sua teoria ainda precisa de validação. O uso de dados fiscais é interessante, por ser mais dificultada a omissão do que nas contas nacionais, mas, ainda assim, há que pontuar tais disparidades.

O autor usa conceitos próprios, e o mais controverso é o de *capital*. Ele trata *capital* como sinônimo de riqueza, o que não se observa na literatura econômica. A constituição de um conceito não é um problema em si, mas confunde o leitor, ao, por exemplo, tratar da herança. Há distinção em herdar empresas, imóveis e capital financeiro. Como consequência disso, o retorno do capital ( $r$ ) abarca aluguel, arrendamento, juros, lucros, ganhos com especulação, dentre outros. Esses possuem remunerações e contribuições sociais heterogêneas. Adicionalmente, parte da riqueza não está no sistema produtivo, e, ao se considerar toda ela, o  $r$  fica subestimado, o que abre espaço para falsas interpretações.

Há, também, uma contradição interna em seu *approach*. Como o próprio autor demonstra, o período de égide liberal, tanto antes da PGM quanto após 1980, foi o de maior crescimento da desigualdade. Mesmo sabendo que a dinâmica capitalista gera esse processo de liberalização e agudiza suas características, o autor o saúda.

Piketty faz críticas a Marx, mas é nítido que tem uma leitura rasa desse autor. Para Marx, o movimento do  $r$  não está na acumulação infinita e, sim, no aumento dos meios de produção em relação ao valor da força de trabalho, o que faz aumentar a produtividade do trabalho e cair a do capital. Além disso, não há, em Marx, suposição de crescimento nulo da produtividade no longo prazo. Piketty tem seu objeto na distribuição, mas essa é a outra faceta da produção, ou seja, a análise não aprofunda a essência do modo capitalista de produção.

O autor não ignora que é a dinâmica capitalista que impõe essa divergência, mas apenas propõe correções via taxação do capital, ou seja, pelo ajuste no mecanismo de preços e não em políticas de rendas, mesmo que elogie o salário mínimo. Não considera a busca de ampliação da participação do trabalho na renda, através de movimentos sindicais e de lutas proletárias, por exemplo. Piketty não teoriza sobre as crises capitalistas, mesmo que coloque a desigualdade como grande fonte da instabilidade financeira recente.

Ainda que crítico aos modelos tradicionais, Piketty deixa a poupança ( $s$ ) em papel relevante em seu modelo, noção essa bastante controversa na teoria econômica. A ênfase na poupança é uma recorrência nos modelos tradicionais de função de produção agregada para explicar o desen-

volvimento. Há, ainda, implícita nessa leitura a ocorrência de uma transformação da poupança em capital. Contudo, esse acúmulo pode não ser produtivo e sair do circuito. Nesse caso, o aumento da poupança não ativa a acumulação de capital.

A principal crítica que se pode desferir ao livro é a relação entre política e economia na visão de Piketty. Ele observa que mudanças políticas corrigiram distorções distributivas no século XX e permitiram melhorias sociais. Embora o autor trate do poder econômico na política, ele parece subestimá-lo. As mudanças ocorridas no século XX não ocorreram por boa vontade, e sim porque havia um contexto de crise, de guerra e da ameaça comunista estabelecida pela ordem internacional. Nas décadas de 1930 a 1970, os movimentos de esquerda cresceram pelo mundo, o que se tornou uma ameaça. No final da década de 1970, os países com ideias socialistas estavam perdendo poder. Diante de uma nova crise econômica ocorrida na década de 1970, houve mudança na política e na economia, o neoliberalismo, que fez aumentar as desigualdades.

Assim, a mudança política só ocorre quando o capital é obrigado a ceder. Há dominação da esfera econômica sobre a política. Uma configuração mais social exige profundas alterações políticas e econômicas que não são de fácil consecução. A mobilidade de capitais, por exemplo, que está dentro do liberalismo que o autor compactua, é uma patente maneira de doutrinar os governos de acordo com os interesses do capital, além de aumentar o poder de influência política do capital. Caso o país não se enquadre na política econômica, há fuga de capitais, desvalorização cambial, elevação da inflação, escassez de crédito e, possivelmente, redução do investimento, que levará a uma crise e ao desemprego. E mesmo o liberalismo comercial permite ganhos de competitividade aos países com menos direitos sociais e menores salários. Países com sistemas de proteção social elevado têm muita dificuldade de competir via livre comércio com países sem esses direitos. Desse modo, a convivência de estado social com liberalismo comercial exige que todos os países tenham o mesmo nível de bem-estar social; caso contrário, o liberalismo implode o sistema.

Nas críticas que o autor faz a Marx, considera que seus diagnósticos cataclísmicos não se realizaram. Há que se ponderar se isso não ocorreu justamente porque Marx inflamou os movimentos socialistas que viabilizaram os direitos sociais e a melhor equidade. Assim, o próprio Marx pode ser um dos grandes responsáveis pelo fato de suas conjecturas não se realizarem.

Piketty evoca o envolvimento político. Mas a política é coautora e, em certa medida, refém do processo de dominação do capital. Há neces-

sidade de que a política altere o rumo concentrador a que o mundo caminha, mas é ingenuidade imaginar que isso ocorrerá com a adesão automática do capital.

Feita a resenha do livro do Piketty, cabe olhar os indicadores de renda e de riqueza do Brasil à luz de seu estudo. Nesse sentido, a seção seguinte averiguará tais distribuições.

### 3 Distribuição de renda e de riqueza no Brasil

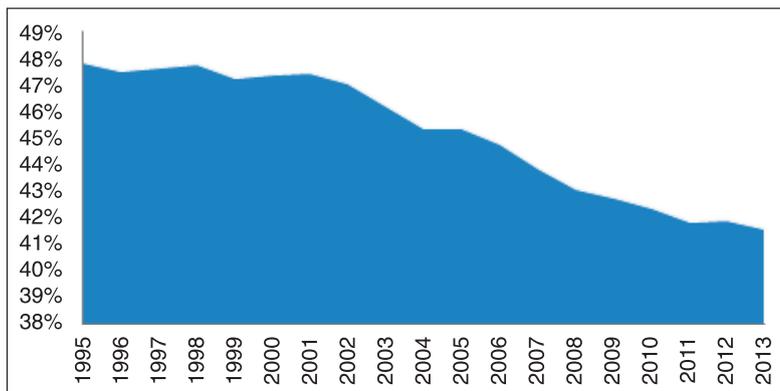
A iniquidade na distribuição pessoal da renda é mensurada de distintas maneiras, levando-se em conta mais de um parâmetro. No Brasil, os dados de distribuição de renda são difundidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No presente estudo, serão analisados os indicadores após a implantação do Plano Real, de modo a desconsiderar variações abruptas na participação de rendimentos que eventualmente ocorrem em alterações monetárias. Assim, são observados os dados desde 1995. Além da análise da renda, esta seção averiguará a apropriação da riqueza a partir de recentes informações disponibilizadas pela Receita Federal do Brasil, especificamente referente ao ano de 2012.

A partir de dados da PNAD, o Gráfico 1 expressa a variação da apropriação de renda pelas faixas 10% superiores. Logo abaixo, o Gráfico 2 apresenta a variação da apropriação dos segmentos que figuram entre os 40% mais baixos e os 50% mais baixos<sup>3</sup>, para o mesmo período, de 1995 a 2013<sup>4</sup>.

3 Usualmente na literatura, são considerados os 10% mais elevados e os 40% mais baixos. Contudo, ao longo deste artigo será estimada a distribuição da riqueza para os 50% mais pobres, a partir da referência Piketty (2014). Desse modo, estão expostas ambas as segmentações.

4 O crescimento da participação dos menores decis se deu pela: i) maior demanda por mão de obra, oriunda do crescimento econômico; ii) variação real positiva do salário mínimo; e iii) pelas políticas de transferência de renda. Não está no escopo do trabalho aprofundar essas questões, mas cabe destacar que Dedecca *et al* (2008) expõem que a variação do salário mínimo tem impacto forte no terceiro e quarto decis. Já o Programa Bolsa Família exerce influência nos dois primeiros intervalos decílicos.

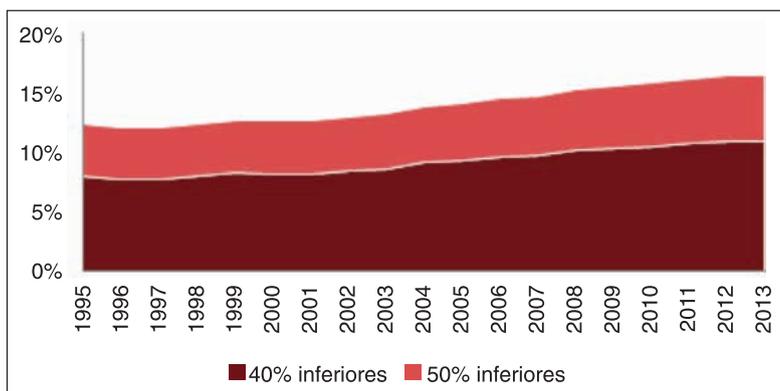
Gráfico 1 – Apropriação de renda pelas faixas 10% superiores no Brasil – 1995-2013



FONTE: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD/IBGE). Elaborado pelos autores.

NOTA: Para os anos de 2000 e 2010 foi efetuada interpolação linear.

Gráfico 2 – Apropriação de renda pelas faixas 40% e 50% inferiores no Brasil – 1995-2013

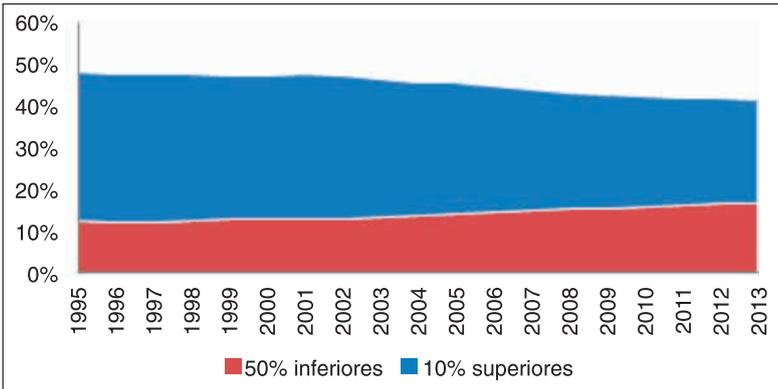


FONTE: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD/IBGE). Elaborado pelos autores.

NOTA: Para os anos de 2000 e 2010 foi efetuada interpolação linear.

Conforme apresentam os Gráficos 1 e 2, a apropriação de renda daqueles que estão na faixa dos 10% mais elevados passou de 47,9% em 1995, para 41,6% em 2013. Já aqueles que estão nas faixas 50% mais baixas passaram de 12,4% para 16,4%. O Gráfico 3 apresenta conjuntamente os 10% mais elevados e os 50% mais baixos na mesma escala, no intuito de deixar mais nítida a variação ao longo da série.

Gráfico 3 – Apropriação de renda pelas faixas 50% inferiores e 10% superiores no Brasil –1995-2013



FONTE: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD/IBGE). Elaborado pelos autores.

NOTA: Para os anos de 2000 e 2010 foi efetuada interpolação linear.

O Brasil não dispunha de informações de distribuição de riqueza<sup>5</sup>. Houve apenas uma estimativa realizada em 2004, no Atlas da Exclusão Social (POCHMANN; AMORIM, 2003). Entretanto, o auditor fiscal da Receita Federal Fábio Avila Castro defendeu sua dissertação de mestrado utilizando os dados da Receita, até então bastante restritos (CASTRO, 2014). Esses dados foram divulgados no site da instituição e a partir deles é possível estabelecer um quadro da repartição da riqueza no Brasil. A Tabela 1 foi divulgada no site da Receita Federal do Brasil, com dados das declarações de imposto de renda de 2012<sup>6</sup> (BRASIL, 2014b).

5 Não há um único indicador de riqueza. Estão sendo considerados aqui como "riqueza" os valores monetários declarados como bens e direitos para a Receita Federal do Brasil.

6 O autor disponibilizou os dados de 2006, 2009 e 2012. Neste artigo serão apresentados apenas os dados de 2012. Uma análise mais ampla seria adequada, para tanto, seriam necessários mais dados da Receita Federal do Brasil.

Tabela 1 – Declaração de bens e direitos na declaração de pessoa física no Brasil – 2012

<b>Faixas de Valores (R\$ 1.000,00)</b>	<b>Quantidade de Declarações (mil)</b>	<b>Valor de Bens e Direitos (R\$ milhões)</b>
Até 1	9.611	224
1 a 5	968	3.118
5 a 15	1.493	15.117
15 a 30	1.769	40.233
30 a 50	1.725	68.608
50 a 75	1.489	92.454
75 a 100	1.202	105.068
100 a 150	1.701	210.287
150 a 300	2.554	544.867
300 a 500	1.336	514.835
500 a 750	705	428.782
750 a 1.000	356	308.111
1.000 a 1.500	303	367.673
Acima 1.500	406	2.361.876
<b>Total</b>	<b>25.618</b>	<b>5.061.250</b>

FONTE: Brasil (2014). Elaborado pelos autores.

Há limitação nas conclusões a partir dos dados da Tabela 1, uma vez que, em muitos casos, os bens imóveis declarados possuem defasagem de avaliação<sup>7</sup>. Além disso, uma parcela do patrimônio está contabilizada

7 Os bens e direitos declarados são apartamento (14%), casa (12%), quotas ou quinhões de capital (9%), veículo automotor terrestre (8%), aplicação de renda fixa (7%), terreno (5%), ações (5%), caderneta de poupança (4%), fundos de longo prazo e fundo de investimento em direitos creditórios (4%), terra nua (4%), dinheiro em espécie em moeda nacional (3%), crédito decorrente de empréstimo (3%), outras aplicações e investimentos (2%), Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL (2%), fundo de curto prazo (2%), prédio residencial (1%), prédio comercial (1%), depósito bancário em conta corrente no país (1%), construção (1%), sala ou conjunto (1%), outras participações societárias (1%), fundos de ações (1%), outros fundos (1%) e outros bens e direitos (7%) (BRASIL, 2015d).

em pessoas jurídicas. Há que considerar também omissões. Por fim, cônjuges nem sempre declaram bens em separado. De todo modo, esse é o melhor dado de patrimônio do Brasil e é inédito.

Após essas ressalvas, foi efetuado um exercício para compreender esses números no universo da população brasileira. Em 2012, 25,6 milhões de pessoas declararam imposto de renda no País. Esse contingente representava 13% da população total. Como as posses dos não declarantes persistem indisponíveis, foram efetuadas hipóteses para tentar generalizar os dados para toda a população.

Em termos internacionais, os 50% mais pobres obtêm aproximadamente 4% da riqueza em países menos desiguais, como a França, por exemplo. Já os 10% dos franceses mais ricos possuíam 62% da riqueza em 2011, de acordo com Piketty (2014). Nos Estados Unidos, os 50% mais pobres detêm 2% da riqueza, enquanto os 10% mais ricos possuem 72%.

Frente ao histórico da formação socioeconômica brasileira, foi assumido que os 50% mais pobres possuem 2% do patrimônio dos brasileiros. Isso ponderando que aqueles que estão entre o quarto e o quinto decis receberam, em média, R\$ 761,00, em 2012. Já aqueles entre o quinto e o sexto decis receberam, em média, R\$ 928,00.

Daqueles que figuram entre os 13% da população que declaram imposto de renda, 4,9% somam um patrimônio de 0,004% do total notificado, conforme os dados da Tabela 1. Em assim sendo, todo o patrimônio declarado está concentrado com 8,1% da população.

Sabe-se também que quem recebeu mais de R\$ 1.499,16 mensais declarou imposto de renda, e que aqueles que receberam em média R\$ 761,00 mensais figuravam entre os 50% com menores rendimentos<sup>8</sup>. É ainda necessário ter uma estimativa do patrimônio daqueles que estão entre os 50% da base da pirâmide de renda e os 13% que declaram imposto de renda. Sabe-se, ainda, que aqueles que possuem patrimônio acima de R\$ 300.000,00 são obrigados a declarar. Deduz-se, adicionalmente, que aqueles que não declaram possuem riquezas menores do que os estratos superiores.

Face à dificuldade de estimar tais dados, foi assumida a hipótese de que os não declarantes possuem um patrimônio equivalente à média das quatro primeiras faixas patrimoniais dos declarantes (até R\$ 30.000,00). Mesmo correndo o risco de superestimar o patrimônio desse segmento,

---

8 É preciso ressaltar que os dados de rendimento mensal por decis são extraídos da PNAD. Essa pesquisa considera a população que tem mais de 15 anos.

tal suposição encontra fundamento no patamar de patrimônio das faixas inferiores de declarantes.

Diante dessas considerações e hipóteses, o quadro de 2012 é o seguinte:

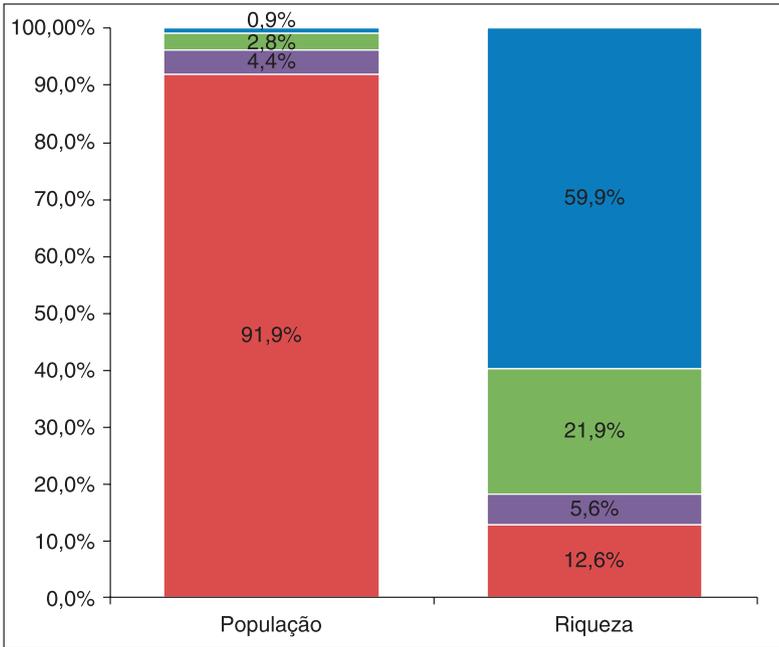
- Os 50% mais pobres detêm 2% da riqueza;
- 37% dos brasileiros detêm 10,6% da riqueza;
- 13% possuem 87,4% da riqueza.

Para se chegar às comparações internacionais dos 10%, 1% e 0,1% mais ricos, é preciso efetuar adaptações, já que os informes da Receita Federal do Brasil estão agregados. Uma das referências quantitativas importantes na literatura é a participação dos 0,01% mais ricos. Esse corte analítico não é possível de ser realizado, embora seu conhecimento desnudasse o patrimônio dos 19.500 indivíduos mais ricos do País. Com a base existente, é possível apontar a participação dos 8,1%, 0,9% e 0,2% mais ricos:

- 8,1% das pessoas possuem 87,4% da riqueza;
- 0,9% detêm 59,9% do total;
- 0,2% detêm 40,8% da riqueza dos brasileiros.

Em 2012, 0,2% da população representou 406.064 indivíduos. É interessante observar que o patrimônio médio daqueles que estão entre os 0,2% brasileiros mais ricos era de R\$ 5,8 milhões, mesmo que o corte esteja a partir de R\$ 1,5 milhão. Isso indica que a concentração do patrimônio está entre os indivíduos do topo mais restrito. Além disso, as faixas mais altas possuem, sobretudo, renda do capital, enquanto as outras se concentram no trabalho. Essa configuração distributiva é retratada no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Distribuição de riqueza no Brasil – 2012

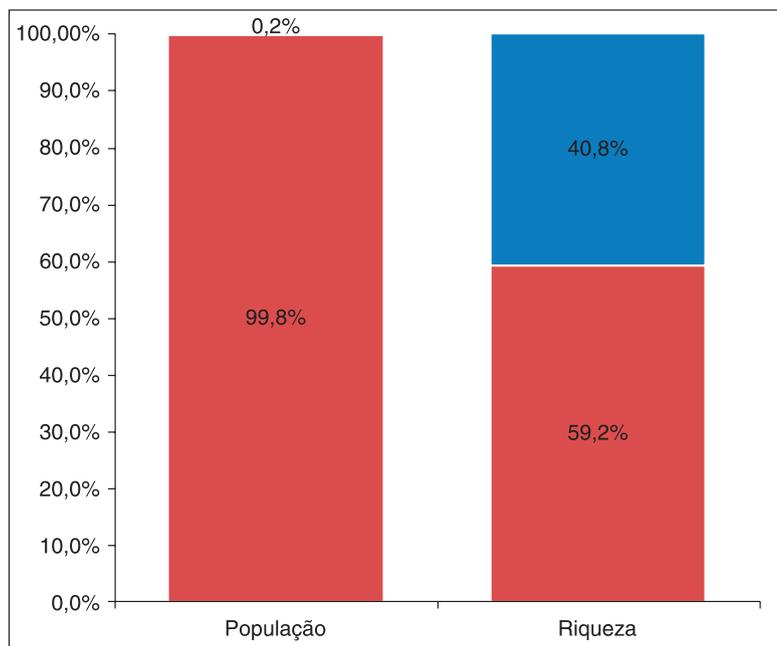


FONTE: Brasil (2014). Elaborado pelos autores.

NOTA: A Receita Federal do Brasil disponibiliza os dados dos declarantes. O gráfico acima foi realizado estimando a riqueza dos não declarantes como sendo equivalente à média das quatro primeiras faixas dos declarantes (patrimônio até R\$ 30.000,00). Os dados mais desagregados constam na Tabela 1.

Centrando os dados entre os 0,2% mais ricos e o restante da população, a estrutura da riqueza tem a configuração exposta no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Distribuição de riqueza no Brasil – 2012



FONTE: Brasil (2014). Elaborado pelos autores.

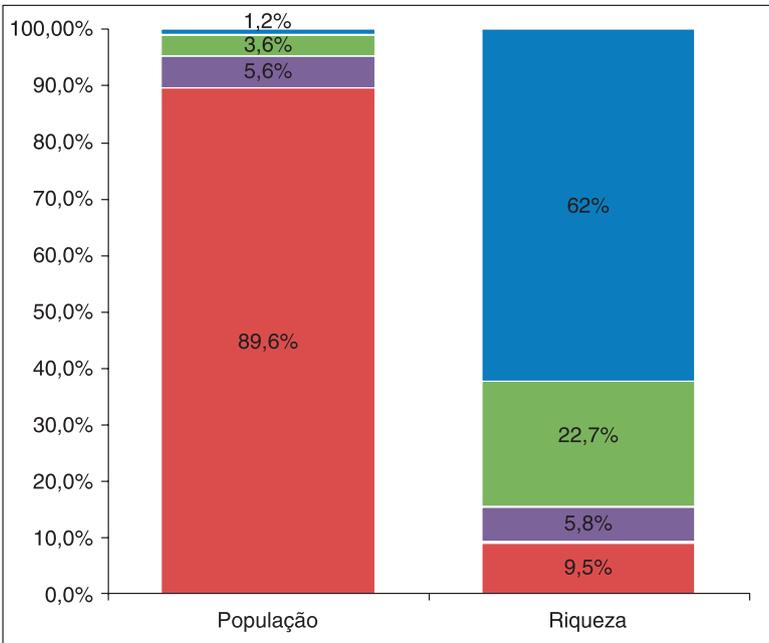
NOTA: A Receita Federal do Brasil disponibiliza os dados dos declarantes. O gráfico acima foi realizado estimando a riqueza dos não declarantes como sendo equivalente à média das quatro primeiras faixas dos declarantes (patrimônio até R\$ 30.000,00). Os dados mais desagregados constam na Tabela 1.

Os dados acima expostos fazem referência à participação de segmentos da sociedade na riqueza levando em conta toda a população. Já os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) consideram as pessoas a partir de 15 anos. Nesse sentido, foi aplicada a mesma metodologia para observar os dados de riqueza, excluindo a população abaixo de 15 anos.

Em 2012, 45,6 milhões de pessoas tinham até 14 anos. Já a população acima de 15 anos perfazia 154,1 milhões (IBGE, 2012). Considerando as hipóteses e ressalvas destacadas acima, foi efetuado o mesmo exercício para estimar o patrimônio dos não declarantes acima de 15 anos. Ou seja, considerou-se que eles possuem uma riqueza equivalente à média das quatro primeiras faixas patrimoniais dos declarantes (até R\$ 30.000,00).

Nesses termos, os 89,6% da população acima de 15 anos detinha, em 2012, 9,5% da riqueza. A faixa daqueles que declararam patrimônio entre R\$ 1.000,00 e 100.000,00, perfazendo 5,6% da população acima de 15 anos, detinha 5,8% da riqueza. Já aqueles que declararam possuir patrimônio acima de R\$ 100.000,00 e abaixo de R\$ 500.000,00, 3,6% da população acima de 15 anos, detinham 22,7% da riqueza. Por fim, aqueles que estão entre os 1,2% mais ricos dentre a população acima de 15 anos possuíam 62% da riqueza. O Gráfico 6 apresenta esses resultados.

Gráfico 6 – Distribuição de riqueza da população acima de 15 anos no Brasil – 2012



FONTE: Brasil (2014). Elaborado pelos autores.

NOTA: A Receita Federal do Brasil disponibiliza os dados dos declarantes. O gráfico acima foi realizado estimando a riqueza dos não declarantes como sendo equivalente à média das quatro primeiras faixas dos declarantes (patrimônio até R\$ 30.000,00). Os dados mais desagregados constam na Tabela 1.

Posto o trabalho de Thomas Piketty e suas sugestões de correção de concentração de renda e de riqueza através da tributação e do Estado social, convém estudar como é a estrutura tributária do Brasil, à luz da

concentração existente, efetuando-se uma comparação com outros países. Esse é o tema da seção seguinte.

#### **4 Estrutura tributária brasileira em perspectiva internacional**

Os dados que a Receita Federal do Brasil disponibilizou favorecem o conhecimento do País e dão subsídios para o debate sobre a estruturação tributária. No intuito de compreender a relação que os impostos possuem sobre a distribuição da renda e da riqueza, convém detalhar quais são os principais tributos, assim como a sua incidência. Nesse intento, essa seção aborda a configuração dos tributos brasileiros e efetua uma comparação com alguns países selecionados com nível de renda per capita mais altas<sup>9</sup> do que o Brasil e países com nível de renda per capita semelhante<sup>10</sup> a do Brasil. O período escolhido foi o ano de 2012, tendo em vista que os dados disponibilizados pela Receita Federal mais recentes são desse ano.

Para atender a esses objetivos, foram utilizadas informações tributárias das publicações Revenue Statistics 2014 e Revenue Statistics in Latin America 2014 da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>11</sup>, tendo colaboração na última da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT). Além da análise tributária, será averiguada a renda per capita dos países selecionados a partir dos dados do Banco Mundial. As Tabelas 2 e 3 sintetizam principalmente essas informações.

---

9 Alemanha, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Estados Unidos, Reino Unido e Suécia.

10 Argentina, México e Turquia.

11 A OCDE compõe um grupo de 34 países mais industrializados, desenvolvidos e alguns emergentes. O objetivo deles é efetuar intercâmbio de informações, alinhamento de políticas para aprimorar o crescimento econômico e colaborar no desenvolvimento dos países membros e não membros. Dentre os países selecionados no artigo, apenas a Argentina e o Brasil não integram a Organização.

Tabela 2 – Participação percentual de cada base de incidência na receita tributária total e renda per capita para países selecionados – 2012

Países	Renda e Lucros	Folha Salarial e Seguridade	Propriedade	Bens e Serviços	Demais tributos	Renda per capita (US\$)
Alemanha	30,4	38,3	2,4	28,4	0,4	43.932
Argentina	17,3	22,2	9,0	50,4	1,0	14.437
Brasil	17,8	26,5	3,9	49,7	2,1	11.923
Chile	39,7	5,2	4,2	50,7	0,2	15.253
Coreia do Sul	29,9	25,0	10,6	31,2	3,4	24.454
Dinamarca	61,9	2,5	3,8	31,4	0,3	57.636
Estados Unidos	47,9	22,3	11,8	17,9	0,0	51.457
México	26,3	16,5	1,5	54,5	1,2	9.721
Reino Unido	35,6	19,1	11,9	32,9	0,5	41.051
Suécia	34,3	33,9	2,4	29,1	0,4	57.134
Turquia	21,8	27,2	4,2	45,0	1,7	10.646
América Latina	26,4	17,7	3,3	51,3	1,4	7.938
OCDE	33,6	27,3	5,5	32,8	1,0	40.402

FONTES: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT), Banco Mundial e Receita Federal do Brasil. Elaborado pelos autores.

NOTA: A média para América Latina leva em conta os dados dos dezoito países com informações disponíveis.

Em 2012, a receita tributária brasileira somou R\$ 1,6 trilhão. Conforme apresentado na Tabela 2, 49,7% dos impostos recolhidos nas três esferas de governo tiveram origem no consumo de bens e serviços, 26,5% na folha de salário e seguridade social, 17,8% na renda, 3,9% na propriedade e 2,1% em demais impostos<sup>12</sup>. O montante arrecadado cor-

<sup>12</sup> Para adequar os dados da Receita Federal do Brasil às incidências tributárias da OCDE, foram incluídos os impostos sobre transações financeiras dentro dos demais tributos. No referido ano, tais tributos financeiros representaram 2% da arrecadação e 0,7% do PIB.

responde a 35,9% dos R\$ 4,4 trilhões produzidos<sup>13</sup>. Os impostos sobre o consumo possuem a característica de obter a mesma alíquota para todos os segmentos sociais; dessa forma, a oneração dos grupos médios e de baixa renda é superior, em termos relativos, frente aos estratos mais elevados<sup>14</sup>. Em linha semelhante, a tributação sobre o salário onera mais os trabalhadores em comparação aos empresários. Outra característica desse tipo de estruturação é que os preços dos bens e serviços são majorados.

Quando é efetuada uma comparação com outros países, se observa que na Dinamarca e nos Estados Unidos, por exemplo, metade da arrecadação está centrada em impostos sobre a renda e lucros. Esse último país possui uma carga tributária menor do que a média dos países selecionados, 24,4%, conforme a Tabela 3. Entretanto, o Estado não oferta ensino superior gratuito e sistema universal de saúde pública, por exemplo. A tributação sobre seguridade social e folha de salário do Brasil é semelhante àquela verificada nos países da OCDE, os quais possuem uma população relativamente mais idosa.

No que tange aos países da América Latina selecionados no artigo, que possuem formação sócio-histórica semelhante à do Brasil, salta aos olhos que o Chile é o único país que possui uma incidência tributária sobre renda e lucros acima da média da região, representando 39,7% da arrecadação de 2012, conforme explicitado na Tabela 2. Os impostos sobre patrimônio também são mais baixos no Brasil. Eles alcançaram 3,9% da carga tributária em 2012, ao passo que no Reino Unido e na Argentina foram de 11,9% e 9,0%, respectivamente.

O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) representam, respectivamente, 1,7%, 1,3%, 0,5% e 0,2%. Somados, atingiram R\$ 60,6 bilhões, 1,4% do PIB (BRASIL, 2014a). Convém destacar que a cobrança do IPVA é para veículos terrestres, não incidindo sobre veículos aéreos e aquáticos. Deve-se recordar, ainda, que 46% dos bens e direitos declarados (Tabela 1) referem-se a bens móveis e imóveis.

A participação do Imposto Territorial Rural (ITR) tem incidência insignificante. Os dados disponibilizados pela Receita Federal desde 1995 até

13 A carga tributária bruta é definida como a razão entre a arrecadação de tributos e o PIB a preços de mercado, ambos considerados em termos nominais (BRASIL, 2014a).

14 Impostos indiretos são regressivos, pois sua incidência não tem como referência a renda, apenas o consumo. Não diferencia, portanto, os diferentes níveis de poder aquisitivo. A maior participação deste tipo de tributo vai de encontro ao princípio de equidade.

2012 mostram que sua colaboração está na faixa de 0,04% da arrecadação total (R\$ 609,4 milhões) e 0,01% do PIB. Tal fato deve-se às baixas alíquotas cobradas, as quais iniciam em 0,03%. Podem ser maiores, a depender da área total do imóvel rural e seu respectivo grau de utilização (BRASIL, 2014a). Não passa despercebido que o Brasil é um país extenso, conformado por vastas áreas rurais. O incremento da arrecadação deste imposto oportunizaria maior progressividade tributária e justiça social, preconizada por teóricos desde o século XIX.

Quando se analisam especificamente os tributos brasileiros, verifica-se uma maior representatividade dos impostos indiretos. Dessa maneira, esses foram preferidos na análise a seguir. A cobrança de maior relevância sobre os bens e serviços é o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Em 2012, sua arrecadação foi de R\$ 327,5 bilhões, representando 21,1% da receita tributária total e 7,5% do PIB (BRASIL, 2014a).

A Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) responderam pelo aumento da participação dos tributos sobre os bens e serviços. Ambas as contribuições representavam 9,2%, em 1995, e passaram a 14% em 2012 (BRASIL, 2014a). O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) representam conjuntamente 5,6% do bolo tributário (BRASIL, 2014a). Esses cinco impostos indiretos selecionados foram responsáveis por 40,7% da arrecadação total de 2012 (R\$ 634,4 bilhões), representando, aproximadamente, 85% da arrecadação com impostos indiretos e 14,5% do produto (BRASIL, 2014a).

Tabela 3 – Participação percentual de cada base de incidência no PIB e carga tributária bruta para países selecionados – 2012

Países	Renda e Lucros	Folha Salarial e Seguridade	Propriedade	Bens e Serviços	Demais tributos	Carga tributária bruta
Alemanha	11,1	13,9	0,9	10,4	0,2	36,5
Argentina	6,5	8,3	3,3	18,8	0,4	37,3
Brasil	6,4	9,5	1,4	17,8	0,7	35,9
Chile	8,3	1,1	0,9	10,6	0,0	20,8
Coreia do Sul	7,4	6,2	2,6	7,7	0,8	24,8
Dinamarca	29,2	1,2	1,8	14,8	0,2	47,2
Estados Unidos	11,7	5,4	2,9	4,4	0,0	24,4
México	5,2	3,2	0,3	10,7	0,2	19,6
Reino Unido	11,8	6,3	3,9	10,9	0,0	33,0
Suécia	14,5	14,4	1,0	12,3	0,1	42,3
Turquia	6,0	7,5	1,2	12,4	0,5	27,6
América Latina	5,2	4,1	0,8	10,4	0,3	20,8
OCDE	11,4	9,4	1,8	10,8	0,3	33,7

FONTE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT) e Receita Federal do Brasil. Elaborado pelos autores.

NOTA: A média para América Latina leva em conta os dados dos dezoito países com informações disponíveis.

Tendo em perspectiva as considerações de Piketty (2014), é prodcente observar a tributação sobre o fluxo de rendas no Brasil em comparação aos países selecionados. Em linha semelhante, cabe detalhar as alíquotas sobre as heranças e doações recebidas, visto a influência que a acumulação de riqueza por gerações passadas exerce sobre as gerações presentes.

Tabela 4 – Estrutura do Imposto de Renda Pessoa Física para países selecionados – 2012

Países	IRPF/CT (%)	IRPF/PIB (%)	Alíquotas Marginais (%)		Número de Alíquotas
			Mínima	Máxima	
Alemanha	24,8	9,1	42	45	2
Argentina	6,7	2,5	9	35	7
Brasil	7,6	2,7	7,5	27,5	4
Chile	7	1,4	4	40	7
Coreia do Sul	14,8	3,8	6	38	5
Dinamarca	50,7	24,2	6,8	21,8	2
Estados Unidos	37,1	8,9	10	39,6	7
México	13,6	2,6	1,9	30	8
Reino Unido	28,2	10,1	20	45	3
Suécia	27,7	12,2	20	25	2
Turquia	13,5	3,8	15	35	4
América Latina	6,4	1,3	10,6	27,4	4,3
OCDE	24,1	8,5	15,1	35,3	4,5

FONTES: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT) e Receita Federal do Brasil. Elaborado pelos autores.

NOTA 1: As fontes consideram alíquotas do governo central, mas em alguns países há tributação de IRPF por órgãos subnacionais.

NOTA 2: A média para América Latina leva em conta os dados dos dezoito países com informações disponíveis.

Os dados da Tabela 4 mostram que, enquanto a arrecadação de IRPF representa 2,7% do produto brasileiro (7,6% da arrecadação)<sup>15</sup>, nos países que integram a OCDE esse valor corresponde a 8,5%, em média (24,1% da arrecadação). Mesmo ao se comparar com países com níveis de

15 O montante de tributo advindo de impostos de renda sobre a pessoa jurídica representou 6,6% da arrecadação total e 2,4% do PIB. Nesse sentido, os rendimentos do capital são menos taxados do que os rendimentos do trabalho (BRASIL, 2014a).

renda semelhante, observa-se que no Brasil a relação é inferior. Na Turquia, por exemplo, é 13,5% e no México 13,6%. A maior participação percentual do imposto de renda no PIB e na carga tributária dentre os países selecionados é a Dinamarca, com 24,2% e 50,7%, respectivamente.

Quanto às alíquotas marginais brasileiras, tanto a mínima quanto a máxima estão entre as mais baixas da Tabela 4. Desde 1998, a alíquota máxima, no Brasil, é de 27,5%<sup>16</sup>. Já na Alemanha é de 45%, na Turquia é de 35% e no México é de 30%.

Além de alíquotas relativamente menores, no Brasil, é possível deduzir do imposto de renda as contribuições à previdência, despesas médicas, dispêndio com dependentes e pensão alimentícia, entre outros. Em 2012, as deduções foram de R\$ 269,6 bilhões, 17,1% da arrecadação e 6,1% do produto. Averiguando-se os valores declarados, as deduções mais significativas foram despesas médicas, despesas com dependentes e despesas com instrução, respectivamente, R\$ 45,9 bilhões, R\$ 29 bilhões e R\$ 18 bilhões<sup>17</sup> (BRASIL, 2015d).

Os rendimentos isentos e não tributáveis somaram R\$ 566,4 bilhões em 2012 (36,1% da arrecadação tributária e 13,3% do PIB). O valor mais significativo<sup>18</sup> dessa categoria provém dos lucros e dividendos distribuídos ao declarante e/ou dependentes<sup>19</sup>. Cumpre frisar que no ano de 1995

16 Sintetizando o histórico do imposto de renda, é possível aventar algumas fases. A primeira fase em 1962 com 14 alíquotas progressivas que iniciavam em 3% e atingiam até 65% dos rendimentos. A partir deste período, a alíquota máxima oscilou entre 60% a 45% dos rendimentos até 1988. Outra fase de redução das quantidades das faixas tributadas e das alíquotas máximas, entre 1989 e 1993, com alíquota mínima de 10% e máxima de 25% dos rendimentos e, desde então, somente em 2010 houve mudanças nas faixas de rendas tributadas (NÓBREGA, 2014).

17 Os mais ricos declaram deduções na ordem de R\$ 101,2 milhões com dependentes, R\$ 83,2 milhões com instrução e R\$ 786,5 milhões em despesas médicas. No total, os abatimentos representaram uma média de R\$ 13,2 mil por indivíduos (BRASIL, 2014d).

18 Ainda compõem essa categoria as transferências patrimoniais como herança e/ou doação (R\$ 48 bilhões), renda de sócio e/ou titular de microempresa ou empresa pequeno porte (R\$ 47 bilhões), lucro na alienação de bens e direitos de pequeno valor (R\$ 38,9 bilhões), parcela isenta de proventos de aposentadoria para declarante com 65 anos ou mais (37,1 bilhões), parcela isenta correspondente à atividade rural, (R\$ 32,8 bilhões), renda da caderneta de poupança e letras hipotecárias (R\$ 17,2 bilhões), rendimentos provenientes de aposentadoria, reforma ou pensão recebidos por portador de doença grave (R\$ 31 bilhões), indenizações por rescisão de contrato de trabalho e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (R\$ 19,3 bilhões), incorporação de reservas ao capital e/ou bonificações em ações (R\$ 15 bilhões), transferências patrimoniais e meação e dissolução da sociedade conjugal e da unidade familiar (R\$ 6,6 bilhões), capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte (R\$ 3,1 bilhões), outros rendimentos isentos e não tributáveis dos dependentes (R\$ 2,8 bilhões), bolsas de estudo e pesquisa (R\$ 1,8 bilhões) e demais rendimentos isentos e não tributáveis (R\$ 57,3 bilhões) (BRASIL, 2015d).

19 O total foi de R\$ 208,5 bilhões, o que representa 37,7% do total dos rendimentos isentos, 13,1% na receita tributária total e de 4,7% do PIB (BRASIL, 2014d).

a Lei nº 9.249 isentou a tributação sobre os dividendos, ampliando a regressividade dos impostos no Brasil<sup>20</sup>. Desde então, houve expressiva migração de profissionais liberais para inscrição como pessoa jurídica com o objetivo de reduzir a contribuição ao fisco, uma vez que sob o regime do lucro presumido as alíquotas acabam sendo inferiores<sup>21</sup>. A isenção de impostos sobre dividendos se justificaria para evitar a bitributação, entretanto na maior parte dos países há bitributação<sup>22</sup> (CASTRO, 2014).

Diante do exposto, é possível aventar que a configuração do imposto de renda para pessoa física subsidia os gastos dos segmentos sociais que possuem maior capacidade contributiva<sup>23</sup>.

---

20 Dentre o grupo de países que integram a OCDE, apenas a Estônia aplica o modelo de isenção sobre os dividendos. Ao averiguar as alíquotas máximas dos países selecionados sobre os dividendos, observa-se que a regressividade tributária persiste. Na Alemanha, a alíquota é de 26,4%; no Chile, 25%; na Coreia do Sul, 35,4%; na Dinamarca, 42%; nos Estados Unidos, 21,2%; no Reino Unido, 36,1%; na Suécia, 30%; e, na Turquia, 17,5%. O México passou a tributar em 17,1% os dividendos em 2014 (OCDE, 2015).

21 Considerando apenas as declarações de 1.991,2 mil recebedores de lucros e dividendos, os rendimentos isentos chegam a R\$ 334,7 bilhões. Neste caso, esse segmento deteve 59,1% dos rendimentos isentos e não tributáveis totais. Já os 52.711 recebedores de lucros mais ricos declararam, em 2012, R\$ 150,9 bilhões de rendimentos isentos (26,6% dos rendimentos isentos e não tributáveis totais). Essa monta representou uma isenção de 66,5% das suas rendas totais (R\$ 226,8 bilhões). Esses indivíduos declararam um patrimônio total de R\$ 1 trilhão. Dessa maneira, a renda média individual anual é de R\$ 4,3 milhões e a média patrimonial é de R\$ 19,3 milhões por pessoa (BRASIL, 2015d).

22 A mesma Lei também isentou a remessa de lucros e dividendos ao exterior. Em 2012, foram enviados ao exterior US\$ 28,6 bilhões (R\$ 71,7 bilhões) na forma de lucros e dividendos. Até 1995, essas remessas eram tributadas em 15,0%. Caso fossem tributados com a mesma alíquota, somente em 2012 possibilitaria uma arrecadação de R\$ 8,8 bilhões. Desde 1996 até 2012 se deixou de arrecadar cerca de R\$ 80,5 bilhões (SINDIFISCO NACIONAL; ANFIP, 2014). Adicionalmente, há a possibilidade de as empresas deduzirem das receitas tributáveis os “juros sobre o capital próprio”. O juro do capital próprio é tributável ao acionista, mas com uma alíquota menor do que a máxima que os trabalhadores pagam. Em linha semelhante, os rendimentos de aplicações financeiras em renda fixa e variável possuem tributação menor do que a alíquota máxima do rendimento do trabalho.

23 Embora a ênfase da seção tenha sido nas receitas tributárias, cabe destacar brevemente as despesas tributárias. A carga tributária brasileira no ano de 2012 foi de 35,9%. O Produto Interno Bruto (PIB) do mesmo ano foi de R\$ 4,4 trilhões. Repartindo essa monta pelo número de habitantes, chega-se à renda per capita de R\$ 22.349,98 (BRASIL, 2015b). Nessa medida, a média de impostos pagos por brasileiro foi de R\$ 666,75 por mês naquele ano. Do percentual da carga tributária do Brasil, em 2012, 3,8 pontos percentuais foram destinados para a saúde (BRASIL, 2015b) e 6 pontos percentuais para a educação (INEP, 2015). A previdência é centralizada no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), porém existem também organismos estaduais e municipais. Considerando apenas o INSS, o gasto em percentual do PIB é de 7,7% (BRASIL, 2015c). A soma dessas três rubricas perfaz 17,5% do PIB, o que representa 49% da arrecadação. Os juros nominais despendidos pelo setor público, em 2012, foram de 4,9% do PIB, valor superior ao que é gasto em saúde nas três esferas da administração pública.

A tabela a seguir contém as alíquotas de imposto sobre herança e doação. Frente à restrição de maiores informações, são consideradas apenas alíquotas médias.

Tabela 5 – Impostos sobre herança e doação para países selecionados – 2014

Países	Imposto sobre Herança		Imposto sobre Doação	
	Alíquotas Marginais (%)		Alíquotas Marginais (%)	
	Média	Máxima	Média	Máxima
Alemanha	28,5	50	28,5	50
Brasil	3,8	8	3,2	8
Chile	13	25	18,2	35
Estados Unidos	29	40	29	40
França	32,5	60	25	45
Itália	6	8	6	8
Índia	-	-	15	30
Japão	30	50	30	50
Luxemburgo	24	48	8,1	14,4
Reino Unido	40	40	30	40
Suíça	25	50	25	50

FONTE: Ernst & Young (2015). Elaborado pelos autores.

NOTA: A fonte não especifica, mas pode haver alíquotas do governo central e/ou dos órgãos subnacionais.

Ao efetuar comparações das alíquotas do imposto sobre herança e doação, observa-se que o desalinhamento persiste sob o aspecto de justiça fiscal e é possível compreender a exacerbada concentração da riqueza brasileira. A alíquota no Reino Unido é de 40%. Em outros países<sup>24</sup>, ela

24 A ausência de tributação sobre herança e doação na Dinamarca e Suécia, por exemplo, é contrabalançada nos impostos de renda e sobre o patrimônio. Dessa maneira, existe um alto pagamento de impostos diretos em vida, e, assim, os herdeiros ou beneficiários de doações ficam isentos na hora de transferir o patrimônio.

é variável: nos Estados Unidos, a média é de 29%<sup>25</sup>; no Chile, 13%. No Brasil a cobrança de ITCMD varia de acordo com cada estado. A alíquota média é 3,9%, porém, elas variam entre 1% e 8%, com faixas díspares de acordo com o volume patrimonial.

Isso tudo posto, é possível considerar que os impostos sobre renda e patrimônio no Brasil são mais baixos do que a média dos demais países verificados. Ao se ter em conta a tendência concentradora existente, apontada por Piketty (2014), é possível aventar que a ampliação de impostos sobre patrimônio, heranças e dividendos, por exemplo, contribuiriam para a justiça fiscal, mitigando a concentração de renda e de riqueza existente no Brasil. Por fim, pelo lado da despesa, constatou-se que quase a metade dos recursos é destinada à saúde, à educação e à previdência pública.

## 5 Considerações finais

A repercussão atingida pelo livro de Thomas Piketty não foi fortuita. Ele une uma extensa compilação de dados desde 1700, com uma formulação teórica para tratar de um tema candente como a distribuição. O centro de seu trabalho está na relação entre o retorno do capital ( $r$ ) e a taxa de crescimento ( $g$ ). Se  $r > g$ , há concentração.

O sucesso do livro chama atenção porque é majoritária, entre os economistas, a concepção teórica de que a desigualdade é uma consequência das diferentes aptidões e conhecimentos dos indivíduos. E que a educação formal e o mérito permitem a ascensão individual e a convergência distributiva. Na mesma linha, a lei de oferta e de demanda, a mobilidade de capital e de trabalho levariam à maior igualdade. Além disso, com mais conhecimento difundido, a participação do trabalho aumentaria a poupança, que seria transformada em capital. Ou seja, na contemporaneidade, a informação é uma força de convergência de renda.

Contudo, essa visão é ilusória para o autor, seu estudo sinaliza que as forças de divergência são mais fortes do que de convergência e as últimas são mais fracas do que se imagina. Além disso, há pouca evidência de aumento da participação do trabalho no produto. De outro lado, os salários mais elevados se afastam dos demais em larga medida. O crescimento ocorre com maior produtividade e educação, mas o incremento dessas variáveis não é de 4% no longo prazo, salvo em situações de *catching up*. Logo,  $r$  e  $g$  tendem à disparidade.

25 Freitas (2015) estimou que se a alíquota média de ITCMD brasileira se igualasse à dos EUA, a arrecadação adicional seria de R\$ 31,9 bilhões anuais, passando de R\$ 4,7 bilhões para R\$ 36,6 bilhões.

Além de trazer as principais ideias do livro de Piketty, este artigo observou o que tem ocorrido no Brasil desde 1995 no que tange à distribuição de renda. Foi verificada também a distribuição da riqueza a partir de dados de declarações de imposto de renda da Receita Federal do Brasil. Constatou-se que houve redução da concentração de renda, embora ela seja ainda elevada. Adicionalmente, o estudo explicitou a magnitude da regressividade tributária no Brasil sobre renda e riqueza em comparação a países selecionados. Tal configuração penaliza as camadas menos abastadas da sociedade. Ante o trabalho de Thomas Piketty, é possível ser aventado que a ampliação de impostos sobre patrimônio, heranças e dividendos contribuiriam para a justiça fiscal e a melhoria distributiva no Brasil. O trabalho de Piketty inspira muitos outros estudos relativos ao Brasil e que estão em aberto para futuras pesquisas.

## Referências

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. *Centro de estudos tributários e aduaneiros*. Disponível em <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil>>. Acesso em: 10 dez. 2014a.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. *Trabalhos acadêmicos*. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/trabalhos-academicos/trabalhos-academicos-pagina>>. Acesso em: 10 dez. 2014b.

BRASIL. Portal Brasil. *Economia e emprego*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/12/ibge-revisa-pib-de-2012-de-0-9-para-1>>. Acesso em: 27 jul. 2015a.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Financiamento Público de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/financiamento\\_publico\\_saude\\_eixo\\_1.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/financiamento_publico_saude_eixo_1.pdf)>. Acesso em: 1 jul. 2015b.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. *Dados Abertos – Previdência Social*. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/AEPS-2013-v.-26.02.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2015c.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Grandes Números das Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas. *Grandes Números IRPF – anos-calendário 2007-2013*. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/gn-irpf-ac-2012.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015d.

CARVALHO, Pedro H. B. de. *As discussões sobre a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas: a situação no Brasil e a experiência internacional*. Nota Técnica-IPEA. 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/111230\\_notatecnicadinte7.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/111230_notatecnicadinte7.pdf)>. Acesso em 15 set. 2015.

CASTRO, Fábio Avila. *Imposto de renda da pessoa física: comparações internacionais, medidas de progressividade e redistribuição*. 2014. 115f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

DEDECCA, Claudio Salvadori; JUNGBLUTH, Adriana; TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. *A Queda Recente da Desigualdade: Relevância e Limites*. In. *XXXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC*, 2008, Salvador 2008, CD-ROM. dez 2008.

ERNST & YOUNG. Serviços. Disponível em: <[http://www.ey.com/BR/pt/Services/Release\\_Brasil\\_Menores\\_Aliquotas\\_Heranca](http://www.ey.com/BR/pt/Services/Release_Brasil_Menores_Aliquotas_Heranca)>. Acesso em: 15 mai. 2015.

FREITAS, Antônio Albano de. *Impostos sobre heranças e mobilidade intergeracional no Brasil*. Carta de Conjuntura, Porto Alegre, n.10, p. 4, 13 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/sintese\\_defaultxls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/sintese_defaultxls.shtm)>. 2012. Acesso em: jan. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Investimentos públicos em educação*. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/web/guest/estatisticas-gastoseducao-indicadores\\_financeiros-p.t.i.\\_nivel\\_ensino.htm](http://portal.inep.gov.br/web/guest/estatisticas-gastoseducao-indicadores_financeiros-p.t.i._nivel_ensino.htm)>. Acesso em: 1 jul. 2015.

LEWIS, H. *Thomas Piketty's Improbable Data*. 2014. Disponível em: <<http://mises.org/daily/6741/Thomas-Piketys-Improbable-Data>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

NÓBREGA, Cristovão Barcelos. *História do Imposto de Renda no Brasil – Um Enfoque da Pessoa Física (1992-2013)*. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/997520-Historia-do-imposto-de-Renda-no-Brasil/>>. Acesso em: 20 de jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *OECD Tax Database*. Disponível em: <<http://www.oecd.org/tax/tax-policy/tax-database.htm#pit>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *OCDE Data – Tax*. Disponível em: <http://www.oecd.org/tax/>. Acesso em: 9 mar. 2015.

PIKETTY, T. *Capital in the twenty-first century*. Londres: The Belknap press of Harvard University press, 2014.

POCHMANN, M. (Org.); AMORIM, Ricardo (Org.). *Atlas da Exclusão Social: Os Ricos no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

REVENUE STATISTICS IN LATIN AMERICA 2014. Disponível em: <[http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/taxation/revenue-statistics-in-latin-america-2014\\_9789264207943-en-fr#page1](http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/taxation/revenue-statistics-in-latin-america-2014_9789264207943-en-fr#page1)>. Acesso em: 24 mai. 2015.

REVENUE STATISTICS 2014. Disponível em: <[http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/taxation/revenue-statistics-2014\\_rev\\_stats-2014-en-fr#page1](http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/taxation/revenue-statistics-2014_rev_stats-2014-en-fr#page1)>. Acesso em: 24 mai. 2015.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (SINDIFISCO NACIONAL); ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ANFIP). *Sistema tributário e seguridade social – contribuições para o Brasil*. Disponível em: <[https://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=181&Itemid=384](https://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=181&Itemid=384)>. Acesso em: 17 de set. 2015.



## Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 47 – *Alimento e nutrição: no contexto dos objetivos de desenvolvimento do milênio*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista *IHU On-Line* e nos Cadernos IHU ideias. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 102 – *A Constituição Dogmática Dei Verbum e o Concílio Vaticano II* – Flávio Martinez de Oliveira

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.



Nº 52 – *Ética e subjetividade: análise da estrutura subjetiva da vida ética segundo Lima Vaz* – Roseane Welter

Os Cadernos IHU divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 233 – *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevia

Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

## CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krichke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymond Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção sociotária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O crescimento como condição de uma sociedade convívil* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marín Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janelas: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de modelos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guarani* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaikowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Máio Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsmans e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Braganolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ángel Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Cami-neiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevia



**Róber Iturriet Avila** é doutor, mestre e bacharel em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. É professor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e pesquisador da Fundação de Economia e Estatística – FEE.



**João Batista Santos Conceição** é graduando em Ciências Econômicas na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e bolsista na Fundação de Economia e Estatística – FEE pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS.

### **Publicação dos autores**

AVILA, Róber Iturriet; CONCEIÇÃO, João Batista Santos. *A descabida indexação do valor de aposentaria ao salário mínimo*. Brasil Debate, 04 ago. 2015. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/545310-a-descabida-indexacao-do-valor-de-aposentadoria-ao-salario-minimo>>. Acessado em 10 dez. 2015.



**UNISINOS**